

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Foi recentemente divulgado o resultado de um estudo do projeto Aqueduto do World Resources Institute – uma organização sem fins lucrativos sediada em Washington, nos EUA, e financiada por fundações, Governos, ONG e organismos internacionais.

De acordo com o estudo, Portugal está entre os 44 países que esgotam, pelo menos, 40% das suas reservas de água, colocando-se numa situação de risco elevado de escassez de água.

Os autores alertam que «a escassez de água coloca sérias ameaças à vida humana, à sua subsistência e à estabilidade económica. Isso está prestes a piorar, a menos que os países tomem medidas: o crescimento da população, o desenvolvimento socioeconómico e a urbanização estão a provocar uma maior procura por água, enquanto as alterações climáticas podem tornar mais variável a precipitação e a procura».

Trata-se, no entender do CDS-PP, de um alerta que merece ser levado a sério, principalmente no distrito de Viseu. Dando este cenário como fiável, as regiões do interior de Portugal serão as mais prejudicadas com a escassez de água.

Em setembro de 2017, a Câmara Municipal de Viseu aprovou a celebração de um acordo entre vários municípios – Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Vouzela –, com o objetivo de constituir uma empresa intermunicipal de abastecimento de água e saneamento na região, como resposta à escassez de água e aos riscos de seca.

O acordo pretendia concretizar investimentos estruturantes, entre os quais o reforço da capacidade da barragem de Fagilde e a construção futura de uma barragem no Vouga. O interior do país é carente de investimento, e o CDS-PP entende que só com esse mesmo investimento é possível criar a riqueza necessária à fixação das pessoas, em particular dos mais jovens. Mas sem água não se fixam populações.

Fustigada pelas chamas nos últimos grandes incêndios nos últimos dois anos, a região de Viseu debateu-se de seguida com uma situação de seca extrema. Recorde-se que a Barragem de Fagilde, que abastece os concelhos de Viseu, Mangualde, Penalva do Castelo e Nelas, chegou a estar com cerca de 8% da sua capacidade.

As alterações climáticas estão já a afetar a atividade agroindustrial, fundamental para a

economia do interior, e o CDS-PP entende que já não chegam medidas paliativas, sendo absolutamente urgente reabilitar e requalificar as infraestruturas hídricas na agricultura, com mais e melhor regadio.

O deputado abaixo-assinado fez já, por mais do que uma vez, perguntas escritas ao Governo sobre a necessidade de melhorar a capacidade de captação, armazenamento e distribuição mais eficiente, seguramente com mais barragens, no interior do país. Algumas dessas perguntas não tiveram qualquer resposta por parte da tutela.

Numa delas, no entanto, de julho de 2018, a propósito do cancelamento de novas barragens no interior, o Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente respondeu que em 2017, na sequência das intervenções realizadas para garantir o abastecimento aos concelhos de Viseu, Nelas, Penalva do Castelo e Mangualde, foram desenvolvidos estudos pelo grupo Águas de Portugal, em que foram avaliados e definidos vários cenários, tendo-se concluído que a construção de uma nova barragem era a mais dispendiosa e a menos eficiente em termos de gestão dos recursos hídricos.

De acordo com o quadro em anexo, os cenários incluíam, entre outros, a reabilitação estrutural da barragem de Fagilde, a remodelação da ETA de Fagilde com recirculação da água de filtração e ampliação da cisterna de água tratada, a reutilização de águas residuais da ETAR Viseu Sul para rega em Viseu, extensão da reutilização a indústrias de Nelas, adução de água de outros sistemas e aumento da capacidade de reserva, nomeadamente através de uma nova barragem a jusante da Albufeira de Fagilde.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e Transição Energética, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecederem, respostas às seguintes perguntas:

- 1. Face ao quadro anexo, remetido ao CDS-PP pelo Gabinete de V. Exa. em julho de 2018, quais são os cenários que foram concretizados?**
- 2. Quais os que não foram e porquê?**
- 3. Que medidas está o Ministério que V. Exa. tutela a tomar com vista a minimizar, a médio e longo prazo, os efeitos da cada vez mais acentuada escassez de água no interior do país?**
- 4. Quais dessas medidas incluem o distrito de Viseu?**
- 5. Tendo em conta todas estas previsões e alertas, vai o Governo rever, ou não, a sua decisão de não construção de uma nova barragem, nomeadamente no Vouga?**

Palácio de São Bento, 13 de agosto de 2019

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

Existem anexos ao documento.